

Orçamento de Estado 2013

As medidas anunciadas pelo governo mantêm o roubo de 1 subsídio aos trabalhadores da Administração Pública e aos reformados e pensionistas

Da apresentação feita pelo Ministro das Finanças sobre as medidas do OE para 2013 – além da continuação dos cortes já conhecidos, idênticos aos dos OE2011 e 2012 - é possível concluir de imediato, no que diz respeito aos trabalhadores, sobretudo da Administração Pública:

1. Como o Tribunal Constitucional considerou inconstitucional o roubo de 2 subsídios aos trabalhadores da Administração Pública e aos reformados e pensionistas, o governo anuncia agora que vai roubar um subsídio (0,9% para os pensionistas e reformados), mantendo assim a violação grosseira da Constituição.

Numa operação de colossal demagogia e mistificação e menosprezando a inteligência dos portugueses, o governo tenta apresentar este roubo (menor, em relação ao desejado) como uma “devolução” ou “reposição” da parte que não será roubada. Ora, repor ou devolver seria entregar o subsídio já roubado no corrente ano. Foi triste ver que esta mistificação foi assumida em perguntas feitas no final da apresentação.

2. Mas os trabalhadores da AP e os reformados e pensionistas vão ainda e também sofrer os brutais efeitos de uma sobretaxa de 4% (equivalente a 60% de uma remuneração mensal) no IRS, bem como da diminuição dos escalões deste imposto, com o aumento da sua taxa média.
3. Entretanto, ao contrário da rapidez com que o governo rouba os trabalhadores, pensionistas e reformados, a hipótese de um imposto sobre as transações financeiras (a CGTP-IN propôs uma taxa de 0,25%) é remetido para as calendas, sob o eufemismo “o governo vai pedir uma autorização para legislar sobre a matéria”. O mesmo artifício é usado para as Parcerias Público-Privadas ou para as ditas diversas medidas previstas em sede de IRC.

É assim que o governo entende as medidas de “distribuição equitativa” entre o setor público e o setor privado, ou o “melhor balanceamento entre os rendimentos do capital e do trabalho”.

A FCSAP realça a postura de desprezo que o governo mostra pelo respeito da legalidade no que respeita à negociação com os Sindicatos da Administração Pública, nos termos que a Lei n.º 23/98 impõe. A apresentação das medidas relativas aos trabalhadores da AP, designadamente, vencimentos e pensões de aposentação ou de reforma, deveria ser antecedida de negociação – ao agir desta forma, o governo posterga as regras democráticas do Chamado Estado de direito e transforma o processo negocial numa farsa.

A FCSAP e os trabalhadores da AP, tal como a generalidade do povo português (vejam-se as diversas ações de rua e a grandiosa manifestação no Terreiro do Povo), entende que o roubo de um subsídio continua a ser inconstitucional, repudia estas medidas do governo e continuará utilizar e aprofundar todas as formas de luta – incluindo greves ou a greve geral - para impor o respeito pelos direitos dos trabalhadores e a legalidade democrática.

FCSAP